



## Preservar, preservar, preservar

Não é por demais afirmar que os repositórios são inclusivos e esta sua característica é modelada por várias dimensões que não se limitam ao tipo e natureza dos documentos, à área científica de maior projeção, ou a trabalhos efetuados por autores mais reputados, mas envolvem também a dimensão temporal, já que estes procuram abarcar a totalidade do conhecimento científico produzido e registado, nas respetivas instituições de ensino superior desde o momento da sua criação.

A organização do trabalho nos repositórios é, geralmente, pautada pela utilização de instrumentos de gestão organizacional e funcional que determinam a interação do repositório com a sua comunidade e vice-versa. Estes instrumentos são, em regra, as políticas de depósito de documentos no repositório, vulgarmente apelidadas de “Políticas Mandatórias”. No caso de Portugal, para além das Políticas Mandatórias (PM), de natureza local-institucional, outros instrumentos, de âmbito nacional, foram produzidos nos últimos anos, nomeadamente o art.º 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de Agosto, que estabelece a obrigatoriedade de depositar uma cópia das teses de doutoramento e

outros documentos relativos à obtenção do grau de doutor e das dissertações de mestrado num repositório da Rede do Repositório de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e ainda a Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujo âmbito são todas as publicações realizadas com financiamento total ou parcial da FCT.

Quando se analisam algumas das Políticas Mandatórias dos repositórios portugueses, verifica-se que há alguma preocupação das instituições com a abrangência e com a forma, isto é, procuram referir todos os tipos de documentos (incluindo literatura cinzenta) indicando que todas as publicações de carácter científico e técnico devem ser depositadas no repositório, preferencialmente no seu formato final, bem como teses de doutoramento e dissertações de mestrado. O conteúdo quer da Política de Acesso Aberto da FCT, quer do artigo 50.º do Decreto-Lei 115/2013 de 7 de Agosto, reforçam a obrigatoriedade do depósito dos tipos de publicações a que respeitam nos repositórios da rede RCAAP, constituindo-se também como contributos

ao funcionamento.

Neste contexto pode entender-se que os repositórios institucionais podem ajudar e contribuir para a alimentação do arquivo institucional, já que agregam, organizam e procuram preservar todos os outputs científicos das respetivas instituições na sua forma final. Fazem-no de modo transparente e observando regras internacionais de organização de dados e metadados. São interoperáveis com outros sistemas e registam preocupação com a preservação de longo prazo dos seus conteúdos.

No entanto, apesar da importância destes instrumentos para a gestão documental do repositório, importa criar outros instrumentos que permitam a salvaguarda efetiva de longa duração dos seus conteúdos, o que passa pela elaboração e implementação de planos de preservação digital adequados à realidade organizacional e à realidade gestionária dos repositórios, bem como orientados ao tratamento técnico a dar aos itens depositados de forma a dar cumprimento a uma estratégia de longa duração para os respetivos conteúdos.

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

## Mais um repositório no portal RCAAP

O portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) registou a entrada de mais um membro para a rede de Repositórios de Portugal. Trata-se do Repositório Institucional do Instituto Politécnico da Guarda (RIPG).

Tal como a grande maioria dos seus pares, o Repositório Institucional do Instituto Politécnico da Guarda, tem como objetivo principal a divulgação da produção de caráter

científico e pedagógico da comunidade académica do Instituto Politécnico da Guarda.

À data da sua integração no portal RCAAP o RIPG contava com um total de 1722 registos em Acesso Aberto, distribuídos por cinco comunidades com diversas coleções cada, à semelhança de todos os outros repositórios presentes no portal RCAAP. O repositório, disponível localmente desde 2008, integra nas suas comunidades/coleções publicações

diversas tais como artigos em revistas internacionais, relatórios de estágio, comunicações em congressos, teses e dissertações, entre outras tipologias.

Parabéns ao Instituto Politécnico da Guarda pelo seu repositório institucional e parabéns à comunidade RCAAP por acolher mais um elemento.

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

## Notícias sobre o OPEN ACCESS

O OASISbr é um portal que permite o acesso aberto à informação científica. A assinatura do memorando de cooperação luso-brasileiro, em 2010, previa a disponibilização dos conteúdos brasileiros em Acesso Aberto para agregação do portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e, em sentido inverso, que os conteúdos portugueses disponibilizados em Acesso Aberto fossem agregados pelo serviço brasileiro - OASISbr.

Assim no ano de 2010, o portal OASISbr foi agregado no portal RCAAP possuindo,

à data da sua agregação 85.000 registos. Atualmente, fruto da integração de novos recursos, o portal conta com 1.058.246 registos originários de diversas instituições brasileiras, sendo que 835.637 desses registos respeitam a documentos que se encontram em Acesso Aberto.

Informação recolhida no Blog do RCAAP em <http://blog.rcaap.pt/2015/07/01/agregacao-do-oasisbr-em-pleno-no-portal-rcaap/>

Maria Eduarda Pereira Rodrigues

## O RCIPCB em números

Comunidades	Total doc. depositados*	Data verificação
ESACB	1181	20150713
ESALD	203	20150713
ESART	179	20150713
ESECB	727	20150713
ESGIN	144	20150713
ESTCB	336	20150713
IPCB	30	20150713

Fonte: RCIPCB,\* inclui doc. mapeados

M.E.R.